

Congresso

O ranço fascista

12 JUL 1993

Em qualquer democracia, as pressões sobre os Poderes de Estado, notadamente o Legislativo, são comuns e legítimas. Erro grosseiro, no entanto, é confundir o direito de persuasão que tenham os grupos e entidades sociais em relação aos parlamentares, com a pressão física, intimidatória, exercida em recintos das Casas Legislativas.

Por ocasião da Assembléia Nacional Constituinte, tivemos lances desse tipo, com grupos organizados para fazer baderna "pressionadora" — e se trata de baderna mesmo — visando intimidar deputados e senadores e assim os fazer votar desta ou daquela forma, em favor dos interesses dos baderneiros. Quinta-feira, por ocasião da votação da proposta de reajuste salarial na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, um grupo de sindicalistas da CUT, sendo a maioria dos seus integrantes do Distrito Federal, mas, contando com alguns paulistas, começou a gritar contra os senadores que votaram com o relator Beni Veras (PSDB-CE),

que fixava reajuste mensal com 50% da inflação. O mais duramente atacado foi o senador paranaense José Richa, a quem os sindicalistas chamavam de traidor. O senador tucano reagiu, gritando por seu lado: "Eu estou defendendo os trabalhadores, não vocês que estão aqui na hora do expediente". E, mais irado, o senador chamou os manifestantes de "vagabundos", pelo que passou a ser perseguido por alguns manifestantes, que ameaçavam até sua integridade física.

O senador Mário Covas também foi xingado, mas conseguiu se afastar, dando as costas aos sindicalistas. E o senador peemedebista Pedro Simon, líder do governo, que também votou favoravelmente aos 50%, espertamente driblou os manifestantes, fingindo-se de desentendido, a ponto de até ser aplaudido por eles.

O que não tem sentido algum é, primeiro, os parlamentares ser obrigados, quase como em situação de legítima defesa, a perder a calma reagindo a

provocações descabidas, xingamentos e ameaças que lhes são dirigidos em pleno local de (seu) trabalho, num recinto do Congresso. Em segundo lugar, a arrogância desses grupos de pressão classista trai o sentimento dos que se acham "donos do espaço", como se vivêssemos em pleno regime fascista, em que vigorava a representação legislativa direta das corporações. Por que o privilégio da presença de uma determinada categoria profissional, para não dizer de uma única central sindical? Imagine-se, agora, se, por uma questão de isonomia todos são iguais perante a lei, todas as centrais e categorias profissionais sindicalizadas resolvessem fazer semelhante pressão física sobre os parlamentares federais!...

Agora, imagine-se tudo isso durante a revisão constitucional! Dá para aquilatar que tipo de revisão, ou melhor, que espécie de Constituição terá esta República, se os representantes do povo continuarem a sofrer tal tipo de coação?

ESTADO DE SÃO PAULO